



GT 20. Big data e thick data: pensando o lugar da antropologia digital

Coordenador(es):

Débora Krischke Leitão (UQAM - Université du Québec à Montréal)

Laura Graziela F. de F. Gomes (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Sessão 1

Debatedor/a: Raíra Bohrer dos Santos (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Sessão 2

Debatedor/a: Jair de Souza Ramos (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Sessão 3

Debatedor/a: Eliane Tânia Martins de Freitas (UFRN)

Nos últimos anos, eventos políticos importantes foram concebidos e produzidos utilizando a mineração e análise de dados nas redes e motores de busca. Dados estes, pertencentes a milhões de usuários que tiveram suas informações vasculhadas, roubadas e utilizadas através de metodologias específicas por governos, partidos políticos, think tanks e empresas privadas. Para além das crises políticas e éticas desencadeadas, a euforia em torno dos “big data” reforçou a idéia implícita de que essas metodologias de pesquisa e análises utilizadas não deixariam mais lugar para outras abordagens qualitativas. Debates em torno dos “thick data” surgiram como reação a essa perspectiva, propondo que abordagens mais etnográficas das plataformas digitais são necessárias para dar conta de uma cultura digital diversificada, ao mesmo tempo global/local, incorporando a dimensão das emoções, da experiência e do significado. O presente GT tem interesse especial em reunir pesquisas etnográficas sobre diferentes modos e estilos de envolvimento com as plataformas digitais enfatizando a produção de subjetividades e exercícios imaginativos de experimentação nos cruzamentos e hibridizações com a tecnologia. As plataformas digitais divergem entre si quanto aos modos de uso e de relacionamento - participação, interação, engajamento, conexão, presença, envolvimento, imersão, incorporação -, ao mesmo tempo em que tornam a rede heterogênea, criando obstáculos às generalizações e reduções.

Direitos Humanos, Censura, Liberdade de Expressão: Análise das Propostas e Polêmicas em Torno do Humaniza Redes, do Governo Dilma Rousseff (2015)

Autoria: Eliane Tânia Martins de Freitas (UFRN)

Haveria nas redes sociais online mecanismos intrínsecos, inerentes ao seu funcionamento (deliberados ou não), que as tornariam propícias à proliferação e intensificação de uma ?cultura da humilhação? e dos discursos de ódio? Evidentemente, essa ideia assume uma noção genérica de rede social online (e internet), a partir de características supostamente intrínsecas a ela, e menospreza suas apropriações qualitativamente distintas por seus usuários, mas tem se tornado comum, atravessando diferentes canais das próprias mídias. Isso tem levado, por sua vez, a demandas crescentes por parte de diferentes segmentos sociais, que podem beirar o pânico moral, por maior controle e disciplinamento dos seus usos cotidianos pelos usuários. A ex-Presidente Dilma Rousseff lançou, em 7 de abril de 2015, o ?Pacto Nacional de Enfrentamento às Violações de Direitos Humanos? na internet, conhecido como Humaniza Redes, cujo slogan era ?Compartilhe respeito?. Consistia em ações de divulgação, educação e punição, e disponibilizava um canal para denúncias online. Foi



recebido imediatamente por polêmicas e rejeições radicais, que se ancoravam sobretudo na compreensão da iniciativa como censora e invasiva, uma afronta à privacidade e liberdade de expressão dos indivíduos nas redes. Personalidades públicas manifestaram-se em ambos os lados da contenda, assim como comentadores nas postagens em vídeo (YouTube) do canal do HR e em outros canais, antagonistas a ele, transformando as próprias redes sociais em palco de mais uma disputa, não raramente atravessada por agressões semelhantes àquelas que o programa se propunha a combater. Meu objetivo neste paper é analisar essas reações, por meio dos discursos e atitudes manifestos nelas, bem como o próprio teor das propostas feitas pelo programa governamental HR, tomando, neste último caso, como eixos, as noções de pacto, pacificação e suas referências aos Direitos Humanos. Pretendo, ainda, situar essa iniciativa do governo Dilma Rousseff no contexto internacional de então (e atual) e mostrar que ela se insere em um quadro no qual tais iniciativas vinham (e vêm) se multiplicando em diferentes países.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: